

Inquérito Civil n. 06.2022.00002672-8

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Criação irregular de animais (galos, galinhas, etc.) em perímetro urbano

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça em exercício na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominada **COMPROMITENTE** e **ATRIMÉLIA PICHLER TONELLO**, inscrita no CPF sob o n. 921.780.909-82, RG n. 3.421.944, residente e domiciliada na Rua Prefeito Zeno Germano Etges, n. 445, Centro, em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00002672-8, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, artigo 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e artigos 25 a 36 do Ato n. 395/2018/PGJ, e:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimidade ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais e individuais indisponíveis, mormente os interesses difusos e coletivos, a incluir a tutela do direito social à saúde (artigos 127, *caput*, e artigo 129, inciso III, c/c artigo 6, todos da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública com o objetivo de proteger, prevenir e reparar os danos causados ao meio ambiente, bem como, outros interesses difusos coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, conforme preceitua o artigo 25, inciso IV, alíneas "a" e "b" da Lei n. 8.625/93 e o artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85 – Ação Civil Pública;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º, *caput*, da Lei n. 8.080/90, a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (artigo 196, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça recebeu o Processo Administrativo Sanitário n. 001/2022 da Vigilância Sanitária Municipal, tendo como autuada a COMPROMISSÁRIA, haja vista criação irregular de animais em sua residência em área urbana, causando transtornos para a vizinhança por conta do barulho e mau cheiro;

CONSIDERANDO que o artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/1985 – Ação Civil Pública dispõe que o Ministério Público pode celebrar termo de ajustamento de conduta com os interessados, com força de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO a disponibilidade que a COMPROMISSÁRIA demonstra para regularizar a atividade.

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO

Cláusula 1ª: O objeto deste Termo de Ajustamento de Conduta consiste na regularização do seguinte ponto:

i) criação irregular de animais (galinhas, galos, pintinhos, e galinha de angola) em perímetro urbano.

2 DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Cláusula 2ª: Para resolver o problema da criação irregular de animais, a COMPROMISSÁRIA assume as seguintes obrigações:

i) no prazo de 30 (trinta) dias, providenciar a retirada dos

animais da casa;

ii) no mesmo prazo, destinar os animais para local adequado fora do perímetro urbano;

iii) depois, não criar ou manter animais do tipo (galinhas, galos, pintinhos, galinha de angola, entre outros) na sua residência e nem em qualquer outro ponto dentro do perímetro urbano

§1º A obrigação que se refere ao item "i)" será considerada cumprida depois de 2 vistorias pela Vigilância Sanitária Municipal, solicitadas pelo Ministério Público, ao longo de 6 meses da assinatura do acordo, em datas aleatórias.

§2º. A verificação do cumprimento do acordo, no que tange ao item "ii)" será feito por meio de três obrigações da COMPROMISSÁRIA: (i) indicar o endereço em que deixou os animais; (ii) indicar o nome da pessoa que ficará responsável por cuidar dos animais; (iii) encaminhar fotos dos animais nesse novo local.

3 DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 3ª: O descumprimento de qualquer item das cláusulas anteriores implicará em multa no patamar de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma das infrações, cumulativamente, sendo a referida multa exigível a partir do 1º dia subsequente ao término do prazo fixado para saneamento da irregularidade, cessando-se sua exigibilidade com a apresentação de documentos comprobatórios que vise demonstrar a regularização da situação, sem prejuízo das demais consequências legais.

Parágrafo único: A verificação do descumprimento de quaisquer dos itens da cláusula anterior, para fins de incidência da multa fixada nesta cláusula, dar-se-á apenas por intermédio da atuação do órgão de fiscalização competente, nos termos da cláusula quinta deste termo de ajustamento de conduta, ou por atuação direta do Ministério Público.

4 DA FISCALIZAÇÃO PERIÓDICA

Cláusula 4ª: A COMPROMISSÁRIA obriga-se a não se opor à vistoria pelos órgãos competentes e aceita colaborar com a ação fiscalizadora, seja do Ministério Público, seja da Vigilância Sanitária.

Parágrafo único: O descumprimento desta cláusula implicará multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a correr do dia em que se der o ato de resistência à fiscalização por parte da COMPROMISSÁRIA, registrado em ato ou procedimento administrativo lavrado pela autoridade fiscalizadora, cessando-se sua exigibilidade na data em que a autoridade competente realizar a vistoria.

5 DA EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO

Cláusula 5ª: A inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima pela COMPROMISSÁRIA facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

6 DA OBRIGAÇÃO DO COMPROMITENTE

Cláusula 6ª: O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil contra a COMPROMISSÁRIA, caso venha a ser cumprido o disposto neste ajuste de conduta, sendo que o presente compromisso não exclui a responsabilidade administrativa e criminal pelo ato praticado, nem por sua eventual reiteração.

7 DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Cláusula 7ª: O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa a COMPROMISSÁRIA de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir quaisquer imposições de ordem administrativa que digam respeito às normas inerentes ao caso.

8 DA REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO

Cláusula 8ª: COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIA, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

9 DO FORO DE ELEIÇÃO

Cláusula 9ª: Elegem COMPROMITENTE e COMPROMISSÁRIA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente Termo.

10 DA POSSIBILIDADE DE PROTESTO

Cláusula 10ª: O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, inciso V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

11 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11ª: O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, o qual será submetido à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Nada mais.

São Lourenço do Oeste, 06 de julho de 2022.

[assinado digitalmente]

MATEUS MINUZZI FREIRE DA
FONTOURA GOMES
Promotor de Justiça

ATRIMÉLIA PICHLER TONELLO
Compromissária